

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	47
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	48
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	363.558
Preferenciais	0
Total	363.558
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	2.041.664	1.991.926
1.01	Ativo Circulante	165.709	112.062
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.899	3.936
1.01.02	Aplicações Financeiras	114.077	81.420
1.01.03	Contas a Receber	25.273	15.173
1.01.03.01	Clientes	25.273	15.173
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.370	4.265
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.370	4.265
1.01.07	Despesas Antecipadas	11.549	6.063
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.541	1.205
1.01.08.03	Outros	1.541	1.205
1.02	Ativo Não Circulante	1.875.955	1.879.864
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.965	33.882
1.02.01.07	Tributos Diferidos	21.831	30.954
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.831	30.954
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	382	382
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	382	382
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.752	2.546
1.02.03	Imobilizado	2.463	2.728
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.463	2.728
1.02.04	Intangível	1.847.527	1.843.254
1.02.04.01	Intangíveis	1.847.527	1.843.254
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.847.527	1.843.254

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	2.041.664	1.991.926
2.01	Passivo Circulante	1.168.234	1.120.840
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.016	7.449
2.01.02	Fornecedores	11.590	8.923
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.590	8.923
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.289	3.535
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.927	1.556
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	12	12
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.350	1.967
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.042.273	1.017.791
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.032.069	1.006.325
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.032.069	1.006.325
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	10.204	11.466
2.01.05	Outras Obrigações	96.066	83.142
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	85.346	80.439
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	85.346	80.439
2.01.05.02	Outros	10.720	2.703
2.02	Passivo Não Circulante	536.705	566.015
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.918	7.612
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	2.918	7.612
2.02.02	Outras Obrigações	441.345	431.372
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	439.766	430.147
2.02.02.02	Outros	1.579	1.225
2.02.04	Provisões	92.442	127.031
2.02.04.02	Outras Provisões	92.442	127.031
2.03	Patrimônio Líquido	336.725	305.071
2.03.01	Capital Social Realizado	363.558	363.558
2.03.04	Reservas de Lucros	388	388
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	388	388
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-27.221	-58.875

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	122.156	240.622	125.857	245.275
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-20.059	-85.926	-70.731	-134.297
3.03	Resultado Bruto	102.097	154.696	55.126	110.978
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.251	-18.266	-6.105	-12.136
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.251	-18.331	-6.107	-12.138
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	65	2	2
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	91.846	136.430	49.021	98.842
3.06	Resultado Financeiro	-25.821	-90.625	-47.203	-90.394
3.06.01	Receitas Financeiras	1.045	1.861	965	1.738
3.06.02	Despesas Financeiras	-26.866	-92.486	-48.168	-92.132
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	66.025	45.805	1.818	8.448
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-21.441	-14.151	-484	-2.232
3.08.01	Corrente	-3.400	-5.028	-417	-2.528
3.08.02	Diferido	-18.041	-9.123	-67	296
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	44.584	31.654	1.334	6.216
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	44.584	31.654	1.334	6.216
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	122,63000	87,07000	3,67000	17,10000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	44.584	31.654	1.334	6.216
4.03	Resultado Abrangente do Período	44.584	31.654	1.334	6.216

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	91.415	73.262
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-7.730	-10.264
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	129.610	124.830
6.01.03	Outros	-30.465	-41.304
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-64.408	-48.380
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-23.044	-26.779
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.963	-1.897
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.936	10.408
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.899	8.511

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	363.558	0	388	-58.875	0	305.071
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	363.558	0	388	-58.875	0	305.071
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	31.654	0	31.654
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	31.654	0	31.654
5.07	Saldos Finais	363.558	0	388	-27.221	0	336.725

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	363.558	0	388	-45.755	0	318.191
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	363.558	0	388	-45.755	0	318.191
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.062	0	6.062
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.216	0	6.216
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	-154	0	-154
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-154	0	-154
5.07	Saldos Finais	363.558	0	388	-39.693	0	324.253

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	259.232	263.365
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	224.889	216.243
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	34.343	47.122
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-54.680	-104.826
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-34.343	-47.122
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	6.094	-33.227
7.02.04	Outros	-26.431	-24.477
7.03	Valor Adicionado Bruto	204.552	158.539
7.04	Retenções	-26.371	-21.479
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.371	-21.479
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	178.181	137.060
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.926	1.740
7.06.02	Receitas Financeiras	1.861	1.738
7.06.03	Outros	65	2
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	180.107	138.800
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	180.107	138.800
7.08.01	Pessoal	19.601	18.059
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.552	14.909
7.08.01.02	Benefícios	2.093	1.983
7.08.01.03	F.G.T.S.	956	1.167
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	36.189	22.646
7.08.02.01	Federais	25.047	12.300
7.08.02.02	Estaduais	213	87
7.08.02.03	Municipais	10.929	10.259
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	92.663	91.879
7.08.03.01	Juros	92.399	91.344
7.08.03.02	Aluguéis	260	498
7.08.03.03	Outras	4	37
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	31.654	6.216
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	31.654	6.216

Comentário do Desempenho

1. Perfil da Companhia





1.1. Apresentação

A Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO") foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com propósito de explorar o lote da BR-163 MT, que compreende o trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A Concessão tem o objetivo de executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação da BR-163 MT, através do Contrato de Concessão "EDITAL Nº 003/2013, Parte VII" assinado pela União através da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e a Concessionária Rota do Oeste em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, data de assunção do contrato ("CONTRATO"). Conforme o Contrato de Concessão, os investimentos no Projeto são determinados pelo Programa de Exploração da Rodovia ("PER").

1.2. Destaques Operacionais e Financeiros

A Companhia anuncia suas Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020 (2ITR20). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 30 de junho de 2020 (2T20) comparado com mesmo período de 2019.

-  Aumento de tráfego 4% frente ao 2ITR19;
-  O Ebitda ajustado totalizou R\$ 64.059 mil no 2ITR20;
-  Total investido no segundo trimestre em Obras de recuperação e Melhorias em Infraestrutura de R\$ 16.696 mil
-  Total de R\$ 10.454 mil recolhidos em impostos sobre receitas e serviços contratados (ISSQN) aos 19 municípios localizados na faixa de domínio de distribuídos;

1.3. Perspectivas

A Administração da Companhia vem envidando todos os esforços necessários para gestão e adequação das suas necessidades de caixa e situação de endividamento, mediante: (a) sub-rogação do financiamento junto ao BNDES e postergação do financiamento com a CEF para o exercício de 2020; (b) prorrogações dos vencimentos das dívidas com partes relacionadas, destacadamente os mútuos; e (c) busca de alternativas para a reestruturação de sua dívida por meio da troca de controle acionário e a consequente contratação de novas linhas de crédito para a conclusão das obrigações previstas no Contrato de Concessão, diante dos significativos efeitos da deterioração do cenário econômico e político do País, que trouxeram implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos seus acionistas, e que contribuíram para a interrupção das negociações com BNDES, principalmente para

Comentário do Desempenho

contratação do empréstimo de longo prazo, nas condições planejadas inicialmente pela Administração da Companhia.

Também como esforço relevante da readequação das suas obrigações de investimentos, e exercício da boa prática de governança corporativa, a Administração da Companhia está em negociação junto à ANTT para buscar o reperfilamento dos investimentos previstos no Contrato de Concessão, em especial as obras de duplicação e melhorias, por meio de proposta de Plano de Cura do Contrato solicitado pela ANTT.

Até obtenção dos resultados dos referidos esforços, a Administração da Companhia vem efetuando um rigoroso controle e gestão dos recursos provenientes das suas operações de pedágio e acessórias para a adequada operacionalização e funcionamento da Rodovia, com apresentação de excelentes indicadores operacionais e de qualidade.

A Companhia obteve um recuo de 2% nas suas receitas acumuladas se comparado ao mesmo período do ano anterior, impulsionado pela queda 7% no tráfego de veículos leves e crescimento de 4% para veículos pesados para o 2ITR, em virtude da redução dos Investimentos e desaceleração das obras, decorrente dos efeitos da paralisação das atividades econômicas mundiais, incluindo o país, provenientes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Por outro lado, mesmo em um contexto de criticidade, o tráfego de veículos pesados apresentou uma retomada para 2º trimestre de 2020, em função das negociações do agronegócio e sobre tudo pela retomada das exportações para China, não sendo possível, nas atuais circunstâncias, mensurar tal impacto no tráfego da Rodovia, nas suas receitas, custos e despesas operacionais.

2. Desempenho Econômico Financeiro

2.1. Tráfego

Categoria	VEP (em milhares)					
	2T20	2T19	Var. (%)	1S20	1S19	Var. (%)
Pesado	21.247	20.016	6%	41.182	39.757	4%
% Veic. Eq. Totais	91%	89%	-	90%	89%	-
Leve	2.003	2.443	-18%	4.639	4.994	-7%
%Veic. Eq. Totais	9%	11%	-	10%	11%	-
Total Vep.¹	23.250	22.459	4%	45.821	44.751	2%

¹ Veículos Equivalentes Pagantes ("VEP") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes).

Durante o segundo trimestre de 2020, o tráfego pagante totalizou 23.250 mil, valor 4% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. O resultado foi sentido principalmente pela redução de 18% do tráfego de veículos leves impactado pelo efeito COVID-19.

Comentário do Desempenho

2.2. Receitas

Receita (em milhares de reais)						
Descrição	2T20	2T19	Var. (%)	1S20	1S19	Var. (%)
Receitas de Pedágio	111.098	106.612	4%	218.843	212.341	3%
Receitas Acessórias e Outras	3.977	1.444	175%	6.044	3.903	55%
Receita de Construção ICPC 01 (R1)	16.696	26.884	-38%	34.345	47.122	-27%
Receita Bruta	131.771	134.940	-2%	259.232	263.366	-2%
Tributos/deduções sobre serviços de operação	(9.612)	(9.077)	6%	(18.604)	(18.082)	3%
Outras deduções	(3)	(6)	-50%	(6)	(9)	-33%
Receita Líquida	122.156	125.857	-3%	240.622	245.275	-2%

A Receita de Pedágio resultou, aumento de 4% oriundos do aumento do tráfego dos veículos puxado pelo escoamento da safra de soja para 2T20, em contrapartida houve um recuo de 3% da Receita Líquida ocasionado pela redução da Receita de Construção ICPC 01(R1) e outras deduções.

Houve uma redução de 38% da Receita de Construção ICPC 01 (R1) se comparado ao mesmo período, reflexo da redução dos investimentos e a desaceleração das obras impactada pelo Covid-19.

2.3. Custos e Despesas

Custos e Despesas (em milhares de reais)						
Descrição	2T20	2T19	Var. (%)	1S20	1S19	Var. (%)
Custos dos serviços	(3.363)	(43.847)	-92%	(51.583)	(87.175)	-41%
Custos de obra de infraestrutura	(16.696)	(26.884)	-38%	(34.345)	(47.122)	-27%
Despesas Gerais e Administrativas	(10.251)	(6.107)	68%	(18.327)	(12.138)	51%
Total Custos e Despesas	(30.310)	(76.838)	-61%	(104.255)	(146.435)	-29%

O Custo dos Serviços apresentou um recuo 92%, reflexo de seguros, provisão para conserva especial, depreciação e amortização do período.

O Custo de Construção ICPC 01 (R1) redução de 38% em razão da postergação dos investimentos para o período.

As Despesas Gerais e Administrativas apresentou aumento de 68%, Veículos, Equipamentos e incremento na contratação de serviço de Terceiro.

Comentário do Desempenho

2.4. EBITDA AJUSTADO

EBITDA Ajustado (em milhares de reais)						
Descrição	2T20	2T19	Var. (%)	1S20	1S19	Var. (%)
Resultado líquido do período	44.584	1.334	3242%	31.655	6.216	409%
(+/-) Impostos (IR/CS)	21.441	484	4330%	14.150	2.232	534%
(+/-) Resultado Financeiro	25.821	47.203	-45%	90.625	90.394	0%
(+/-) Outras (Despesas) Receitas	-	(2)	-100%	(65)	(2)	3150%
(+/-) Depreciação / Amortização	13.287	11.526	15%	26.371	21.479	23%
(+/-) Provisões	(38.298)	5.115	-849%	(33.324)	8.699	-483%
(+/-) Receita de Subvenção Governamental	(2.776)	(430)	546%	(3.670)	(1.847)	99%
EBITDA	64.059	65.230	-2%	125.742	127.171	-1%

O EBITDA Ajustado no segundo trimestre de 2020 foi de R\$ 64.059 mil, em linha ao mesmo período de 2019.

2.5. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (em milhares de reais)						
Descrição	2T20	2T19	Var. (%)	1S20	1S19	Var. (%)
Receitas Financeiras	1.045	965	8,3%	1.860	1.737	7,1%
Despesas Financeiras	(26.866)	(48.168)	-44,2%	(92.487)	(92.131)	0,4%
Resultado Financeiro Líquido	(25.821)	(47.203)	-45%	(90.627)	(90.394)	0,3%

O resultado financeiro líquido da Companhia no 2T20 foi negativo em R\$ 25.821 mil, com recuo de 45% quando comparado ao mesmo período de 2019, reflexo da postergação do principal da dívida o qual a negociação segue em curso com CEF. As receitas financeiras totalizaram R\$ 1.045 mil.

2.6. Endividamento

Endividamento (em milhares de reais)			
Descrição	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019	Var. (%)
Dívida Bruta	1.032.069	950.992	9%
Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	(121.976)	(39.826)	206%
Dívida Líquida	910.093	911.166	-0,1%

Ao final do segundo trimestre de 2020 o endividamento líquido da Companhia ficou em linha ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 910.093 mil.

O valor de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras foi 206% maior no mesmo comparativo, sendo R\$ 36.739 mil em conta reserva dos juros CEF, operada pelo *Trustee* Banco Itaú, para garantir a liquidação dos juros na formalização do aditivo contratual.

Comentário do Desempenho

2.7. Investimentos

Os investimentos acumulados até o segundo trimestre de 2020 totalizaram R\$ 1.847 mil, tendo sido destinados aos trabalhos de conservação, recuperação, tapa-buraco, sinalização, à recuperação de vias marginais, de obras de arte especiais, obras de ampliação de capacidade e melhorias, implantação de praças de pedágio, construção de um posto de pesagem, bem como a conservação e recuperação de trechos assumidos via Termos Aditivos ao Contrato de Concessão.

3. Informações da Companhia





3.1. Gestão de Pessoas

A base para integração de pessoas dentro da empresa é feita através dos princípios, conceitos e critérios da Tecnologia Empresarial Odebrecht ("TEO"). Nos pilares da TEO está a orientação para os resultados, a descentralização da gestão através da delegação planejada e a educação pelo e para o trabalho.

A base de todo o trabalho é a confiança nas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A CRO terminou o segundo trimestre de 2020 com o efetivo de 670 integrantes diretos.

3.2. Atendimento ao Usuário

A CRO presta serviços de atendimento ao usuário com a disponibilização de 18 bases operacionais, serviço de atendimento médico com 13 ambulâncias de resgate e 5 UTI's com médico, 19 viaturas de inspeção, 18 guinchos para atendimento a veículos de passeio e 8 para atendimento exclusivo a caminhões, além de 5 caminhões de combate a incêndio (caminhões-pipa), 5 caminhões-guindaste e 5 veículos para apreensão de animais. Toda esta estrutura está disponível a todos os usuários da rodovia, bem como o telefone de emergência gratuito (0800 065 0163), que registrou 12.064 ligações pelo canal no 2ITR20, além do Centro de Controle de Operações ("CCO"), que monitora a rodovia 24 horas por dia. Durante o período de abril à junho de 2020 o CCO registrou 22.757 ocorrências, destacando-se:

-  10.467 acionamentos para atendimento mecânico e apoio operacional pelos veículos de inspeção de tráfego, guinchos e combate a incêndio;
-  4.595 acionamentos para remoção de veículos;
-  1.681 acionamentos para as ambulâncias.
-  A CRO atendeu 642.497 ocorrências e acidentes.

Comentário do Desempenho

4. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima, de propósito específico, de capital fechado registrada na categoria "B" perante a CVM, criada sob a forma de subsidiária integral da Odebrecht Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e contas da diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do plano de negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia, deve ser composta de no mínimo dois diretores, e, no máximo, quatro diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente e Diretor Técnico de Engenharia, um Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores. Estes são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição.

A Rota do Oeste implantou, em 2014, um sistema de conformidade, e desde então vem aprimorando-o com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente ("Sistema de Conformidade"). Esse sistema de conformidade inclui: (i) reporte do Responsável de Conformidade ao Conselho de Administração, ii) comitê de ética, com calendário de reuniões periódicas, iii) programa contínuo de capacitação dos integrantes, iv) processo de due diligence de terceiros e o engajamento dos parceiros comerciais, por meio da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatória adesão ao código de conduta do fornecedor e à cláusula anticorrupção, v) avaliação de riscos, e vi) auditorias de processos.

5. Responsabilidade Socioambiental

5.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades

No 2T20 a CRO gerou ingressos de recursos direto aos cofres dos municípios lindeiros no valor de R\$ 1.411 mil a título de ISSQN sobre os investimentos realizados em suas obras, e R\$ 10.454 mil a título de ISSQN sobre a arrecadação do pedágio.

5.2. Sustentabilidade

A gestão ambiental da CRO inclui a execução de programas como o programa Integrado de controle e gestão ambiental para a construção, programa de monitoramento e controle dos atropelamentos da fauna silvestre, programa de monitoramento e controle de supressão vegetal e todos aqueles inerentes ao processo de licenciamento das obras de duplicação e operação da rodovia.

Comentário do Desempenho

Durante a elaboração dos estudos ambientais para o licenciamento das obras de duplicação, foram considerados potenciais impactos nas comunidades indígenas localizadas em um raio de 40 km dos trechos a serem duplicados, conforme determinado na Portaria Interministerial nº 419/2011. Na área considerada existem dois Territórios Indígenas ("TI") da etnia Bororo, Tereza Cristina e Tadarimana, somam mais de mil indígenas atendidos pelo Programa de Mobilidade Indígena.

Em 2016 a CRO obteve as certificações da efetiva implantação e conformidade de seus sistemas de gestão baseados na NBR ISO 9001:2008 e NBR ISO 14001:2004. Em 2017 tais certificações foram atualizadas para sua versão 2015, reafirmando o compromisso da CRO na implantação de uma gestão moderna, transparente, voltada para o atendimento integral dos requisitos ambientais e às melhores práticas de governança corporativa, além da busca contínua pela melhoria dos processos de gestão, trazendo confiança nos serviços prestados para os usuários que utilizam a BR-163/MT.

6. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, as informações financeiras da Concessionária Rota do Oeste foram auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes. Durante o período auditado a mesma não prestou outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa. A contratação do serviço de auditoria para o exercício em curso de 2020, foi pelo valor de R\$ 163.265, líquido de impostos. As informações financeiras da Companhia estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

A política da Companhia para a contratação de serviços de auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

7. Agradecimentos

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da Companhia.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Companhia" ou "CRO"), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado. Foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT" ou "Poder Concedente"):

Objeto do contrato	Prazo	Poder Concedente
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	ANTT

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBVias") e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. ("OTP").

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria "B" à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de Companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no contrato de concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), pela suspensão das obras de infraestrutura e da duplicação, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo. Não houve, até o momento, trânsito em julgado dos processos administrativos instaurados pela ANTT. Em 08 de agosto de 2019, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal concedeu decisão liminar, em ação cautelar proposta pela Companhia, proibindo que a ANTT aplique penalidades contratuais, imponha descontos tarifários que tenham efeitos punitivos, ou ainda que execute a garantia em desfavor da Concessionária, bem como sejam mantidas as condições tarifárias vigentes, até que seja concluído o pedido administrativo de Revisão Contratual Periódica (Quinquenal), ou até a deliberação no processo arbitral sobre o tema. Em 11 de maio de 2020, a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, proferiu a Ordem Processual n.º 6, por meio do qual foi mantida a ordem liminar concedida judicialmente, de manutenção do patamar tarifário praticado pela CRO.

Capital circulante líquido negativo

Em 30 de junho de 2020, o passivo circulante da Companhia excede o seu ativo circulante em R\$ 1.002.525 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 1.008.778), principalmente, em virtude do financiamento de curto prazo contratado junto à Caixa Econômica Federal (CEF)

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e o Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de dívida, sub-rogação e outras avenças junto ao Banco Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V.

A Companhia previa em seu plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no contrato de concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém a deterioração do cenário econômico e político do País trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas.

Assim, diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente pela Companhia junto ao BNDES, a mesma celebrou um Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-Rogação e Outras Avenças ("Instrumento da Inação"), junto ao Crédit Agricole, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como credores do empréstimo contratado junto ao BNDES.

Investigações e medidas judiciais em andamento

Em dezembro de 2016, a Odebrecht S.A., controladora indireta da Companhia, firmou acordo de leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal (MPF) e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do mesmo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. que firmou acordo próprio. Em julho de 2018, a Odebrecht S.A. também celebrou o acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União (CGU) e com a Advocacia-Geral da União (AGU), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro.

A Companhia possui compromisso de continuamente atuar com transparência e integridade, consistente com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas, que zelam pela conduta baseada em princípios e valores éticos, e conta com um sistema de conformidade alinhado com as melhores práticas de mercado desde 2017.

Na medida em que a Companhia e nenhum administrador sofreu condenação, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. A Administração nesse momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia e, conseqüentemente, as suas demonstrações contábeis em 30 de junho de 2020.

Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de que o surto de COVID-19, doença respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional.

No Brasil, o Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do COVID-19, ao mesmo tempo que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia.

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No âmbito estadual, o Governo de Mato Grosso, através do Decreto N° 424 de 25 de março de 2020, decretou condição de calamidade pública, impondo restrições às atividades de maneira a evitar possível contaminação ou propagação do vírus no estado.

A Concessionária Rota do Oeste, aderente às recomendações de segurança e controle, implementou um comitê de crise, visando proteger a saúde dos colaboradores e seus familiares, prestadores de serviço, usuários e sociedade em geral. As principais medidas consistiram no afastamento dos profissionais dos grupos de risco, isolamento domiciliar de profissionais com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção; intensificação das medidas de higienização e fornecimento de álcool gel nos escritórios, postos de atendimento e praças de pedágio; divulgação de campanhas educativas e informativas, seguindo orientações das autoridades sanitárias; adoção de regime de teletrabalho (“home office”) para todos os profissionais enquadrados; adoção de turnos de trabalho e fornecimento de máscaras de proteção para os profissionais não afastados ou em home office; suspensão de viagens não essenciais; suspensão de eventos e reuniões presenciais; disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência.

A Companhia, ciente do seu papel social junto ao combate do COVID-19, aprimorou o programa “Parada Legal”, que tem por objetivo levar serviços gratuitos de saúde, segurança e bem-estar aos usuários da rodovia, com a aquisição de dois mil kits de alimentação, mil e quinhentos vouchers de alimentação, dois mil e quinhentos testes rápidos, três mil litros de álcool gel, seis mil e seiscentas máscaras descartáveis, mais de um milhão de luvas, além da disponibilização de pontos de apoio aos caminhoneiros para aferição de temperatura corporal e higienização das mãos.

No 2º trimestre de 2020 o tráfego de veículos apresentou um crescimento total de 4% em relação ao mesmo período em 2019, principalmente pela sinalização de retomada na prestação de serviços essenciais e ainda devido ao movimento de melhora do escoamento de grãos para o mercado internacional.

A Companhia verifica a retomada no fluxo de veículos pesados em circulação na rodovia no 2º trimestre de 2020, em função das negociações do agronegócio e sobretudo pela retomada das exportações para a China. Por outro lado o fluxo de veículos leves permaneceu em queda quando comparado ao ano anterior.

Com base na Medida Provisória 927 e nas Portarias 139 e 245, a Companhia usufruiu da postergação do pagamento do FGTS, INSS (Patronal e RAT ajustado), PIS, COFINS, com suas devidas obrigações acessórias.

Entretanto, é importante ressaltar que a Administração envida os maiores esforços para preservação de emprego e manutenção da renda e permanece em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e segurança de seus empregados e usuários, bem como assegurar o caixa necessário para manutenção da operação da Companhia.

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações trimestrais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Conforme Ofício Circular CVM/SNC/SEP no 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas neste ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações contábeis anuais. A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis adotadas na apresentação e elaboração, são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As notas explicativas que não sofreram alterações relevantes em relação às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019 não foram incluídas nessas informações trimestrais. Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Resumo das principais políticas contábeis

A preparação das informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

As políticas contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias são as mesmas utilizadas na demonstração contábil anual de 31 de dezembro de 2019.

A emissão das informações contábeis trimestrais foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 14 de agosto de 2020.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

3. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 30 de junho de 2020			
Fornecedores	-	11.590	1.579
Fornecedores - partes relacionadas	10	85.346	-
Mútuos - partes relacionadas	10	-	439.766
Empréstimos e financiamentos	15	1.032.069	-
Em 31 de dezembro de 2019			
Fornecedores	-	8.923	1.225
Fornecedores - partes relacionadas	10	80.439	-
Mútuos - partes relacionadas	10	-	430.147
Empréstimos e financiamentos	15	1.006.325	-

- (i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outras obrigações;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Com a celebração do Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-Rogação e Outras Avenças ("Instrumento da Inação"), junto ao Crédito Agricole, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como credores do empréstimo contratado junto ao BNDES, detalhado na nota explicativa nº 15, houve a alteração da metodologia de cálculo de juros sobre o principal, utilizando a Taxa de Depósito Interfinanceiros (DI), em substituição à Taxa de Longo Prazo (TLP).

Não houve alteração para o empréstimo da CEF, sendo utilizado a TJLP.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e CDI - Certificado de depósito Interbancário, principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP (*)	4,9%	4,9%	4,9%	4,9%	4,9%	4,9%
CDI (*)	2,8%	2,8%	2,8%	2,8%	2,8%	2,8%

(*) Fonte: Projeção Tendências – 30/06/2020.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	4,9%	6,1%	7,4%
CDI (*)	2,8%	3,5%	4,2%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2020 a 2025 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível 25%	Cenário III Adverso Extremo 50%
Empréstimo Ponte CEF	mai/19	Alta TJLP	73.005.974	75.132.156	75.201.922

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível 25%	Cenário III Adverso Extremo 50%
Empréstimo Instrumento de Inação	ago/22	Alta CDI	40.986.642	42.648.290	44.298.747

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 30 de junho de 2020.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro 2019 podem ser assim sumarizados:

	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos e financiamentos	15	1.032.069	1.006.325
Arrendamento mercantil operacional	16	13.122	19.078
Caixa e equivalentes de caixa	6	(7.899)	(3.936)
Aplicações financeiras	7	(114.077)	(81.420)
Dívida líquida		923.215	940.047
Total do patrimônio líquido		336.725	305.071
Total do capital próprio e de terceiros		1.259.940	1.245.118
Índice de alavancagem financeira - %		73%	75%

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e os julgamentos contábeis aplicados na elaboração destas informações contábeis intermediárias correspondem às estimativas e aos julgamentos contábeis aplicados na elaboração das demonstrações contábeis anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com exceção às estimativas utilizadas no registro da provisão de conserva especial (nota explicativa nº 20).

3.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Instrumentos financeiros por categoria

		Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
	Nota	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	7.899	3.936
Aplicações financeiras	7	114.077	81.420	-	-
Contas a receber	8	-	-	25.273	15.173
Contas a receber - partes relacionadas	10	-	-	382	382
		114.077	81.420	33.554	19.491
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	1.032.069	1.006.325
Arrendamento mercantil operacional	16	-	-	13.122	19.078
Fornecedores	-	-	-	13.169	10.148
Fornecedores - partes relacionadas	10	-	-	85.346	80.439
Mútuos - partes relacionadas	10	-	-	439.766	430.147
Outros passivos	18	-	-	10.720	2.703
		-	-	1.594.192	1.548.840

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	30/06/2020	31/12/2019
Contas a receber		
Pedágios	24.743	14.873
Receitas acessórias	530	300
Total de contas a receber	25.273	15.173
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Aplicações financeiras	114.077	81.420
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	114.077	81.420
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	8	9
Bancos conta movimento	6.387	2.757
Numerários em trânsito	917	503
Fundo de troco	587	667
	7.899	3.936
	121.976	85.356

6. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2020	31/12/2019
Caixa geral	8	9
Numerários em trânsito	917	503
Fundo de troco	587	667
Bancos conta movimento	6.387	2.757
	7.899	3.936

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Aplicações financeiras

	30/06/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras (i)	77.338	67.197
Conta reserva (ii)	36.739	14.223
	114.077	81.420

(i) Em 30 de junho de 2020, a Companhia mantém o saldo de R\$ 77.338 de aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados as taxas que variam entre 96% a 97% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDIs). Os recursos aplicados serão utilizados na melhoria da infraestrutura da rodovia.

(ii) Conforme os termos do novo Aditivo Contratual junto à CEF que está em fase de negociação, mencionado na nota explicativa nº 15, a Companhia mantém o montante de R\$ 36.739 em uma "Conta reserva dos juros CEF", operada pelo *Trustee* Banco Itaú, para garantir a liquidação dos juros.

8. Contas a receber

	30/06/2020	31/12/2019
Automatic Vehicle Identification ("AVI")	20.043	12.628
Vale pedágio	4.700	2.245
Receitas acessórias	530	300
	25.273	15.173

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 30 de junho de 2020, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. Despesas antecipadas

	30/06/2020	31/12/2019
Seguros a apropriar	11.749	6.039
Despesas com financiamentos e outras	-	24
	11.749	6.063

Ativo circulante	11.549	6.063
Ativo não circulante	200	-

10. Partes relacionadas

	Adiantamento a fornecedores	Contas a receber	Fornecedores	Mútuos	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Despesas financeiras
SalDOS em 31 de dezembro de 2019	71.402	382	80.439	430.147	4.895	299	38.788
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (i)	71.402	-	-	-	-	-	-
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (ii)	-	382	-	-	522	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (iii)	-	-	80.147	-	-	-	5.340
Odebrecht Rodovias S.A. (iv)	-	-	-	385.021	-	-	8.325
Odebrecht Rodovias S.A. (v)	-	-	260	-	3.820	-	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (vi)	-	-	4.827	-	-	-	-
Odebrecht Transport S.A. (vii)	-	-	-	54.745	-	-	1.183
Vexty Previdência ("Vexty") (viii)	-	-	112	-	-	80	-
SalDOS em 30 de junho de 2020	71.402	382	85.346	439.766	4.342	80	14.848

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Composição

Em 30 de junho de 2020, os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado relativo às operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

- (i) A Companhia possui junto a CNO adiantamentos no montante de R\$ 71.402, relacionados à execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, o qual está registrado como custo do ativo de contrato, conforme nota explicativa nº 14.
- (ii) Refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (Serviços de apoio com suporte em tecnologia da informação) prestados pela CNO.
- (iii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de *Engineering, Procurement and Construction* (EPC), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (*turn-key lump sum*), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO BR"), atual OECI, para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assunção da rodovia pela Companhia.

O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice de obras rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos. A contratação da OECI para execução dos serviços de obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Até 31 de março de 2019, este contrato possuía um seguro garantia no valor de R\$ 116.926 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia BR-163/MT. Esse seguro não foi renovado, em virtude da suspensão do contrato EPC.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 5.340 de juros sobre atraso de pagamentos das faturas do contrato EPC, junto ao OECI conforme estabelecido em contrato.

(iv) Odebrecht Rodovias S.A

	30/06/2020	31/12/2019
Mútuo Rodovias	385.243	376.917
Custos de captação a amortizar (a)	(222)	(332)
	385.021	376.585

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Data do contrato	Nota	Taxa de remuneração	30/06/2020	31/12/2019
30/12/2015	(b)	125% do CDI	232.508	227.483
23/02/2016	(c)	125% do CDI	29.774	29.130
14/03/2016	(c)	125% do CDI	23.292	22.789
28/03/2016	(c)	125% do CDI	30.871	30.204
08/07/2016	(d)	125% do CDI	29.459	28.822
06/06/2019	(e)	125% do CDI	13.141	12.857
18/06/2019	(f)	125% do CDI	26.198	25.632
			385.243	376.917

- a) Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.
- b) Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias;
- c) Em 23 de fevereiro de 2016, 14 de março de 2016 e 28 de março de 2016 a Companhia firmou contratos de mútuos com sua controladora indireta OTP. Em 07 de julho de 2016, a OTP assinou contratos de cessão de créditos com sua controladora direta ODBVias, nos quais cede os direitos creditórios dos contratos de mútuos que detinha com a Companhia. Portanto, a partir desta data, a Companhia torna-se devedora dos valores dos contratos de mútuos citados anteriormente à sua acionista ODBVias;
- d) Em 08 de julho de 2016, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias;
- e) Em 06 de junho de 2019, a Companhia assinou contrato de mútuo com sua controladora ODBVias, no valor de R\$ 12.353, com fim específico de quitação parcial do empréstimo ponte junto a CEF;
- f) Em 18 de junho de 2019, a Companhia assinou contrato de mútuo com sua controladora ODBVias, no valor de R\$ 24.707, com fim específico de quitação parcial do empréstimo ponte junto ao BNDES.

Os mútuos estão subordinados a quitação do contrato de empréstimo ponte com o BNDES. Os mútuos poderão ser liquidados antecipadamente, caso o empréstimo seja quitado com o BNDES primeiro.

O vencimento dos mútuos é indeterminado, conforme último aditivo.

Os recursos captados através destas operações de mútuos deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos na rodovia.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 8.325 de juros sobre os contratos de mútuo com a ODBVias.

- (v) Em 08 de outubro de 2015, a Companhia celebrou contrato de gerenciamento de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras e os projetos executados por terceiros contratados pela Companhia. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

“remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas nesse contrato. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e ODBVias assinaram o termo de distrato e encerramento contratual, o qual formaliza o encerramento contratual, tendo em vista a conclusão das obras.

Em 1º de setembro de 2016, a Companhia assinou um acordo de rateio de despesas com a ODBVias para rateio de despesas administrativas e financeiras. O acordo visa evitar o dispêndio excessivo de recursos por parte das empresas envolvidas, considerando que a ODBVias já dispõe de uma estrutura para atuar em negócios e operações em geral, com pessoal especializado e com prestadores de serviços terceirizados, que podem ser compartilhados com as demais empresas envolvidas no acordo.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia assinou contrato de elaboração de projetos de engenharia com a ODBVias, que tem como objeto prestação de serviços de engenharia para elaboração e desenvolvimento de anteprojetos, projetos executivos para as obras de fluidez da rodovia dos Imigrantes – BR-070 e para o Trecho de 108 km entre Cuiabá/MT e Rosário Oeste/MT. Esse contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um bônus de desempenho, caso o projeto executivo final resulte em redução de valores totais de implantação das obras. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas nesse contrato.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia celebrou contrato de gerenciamento, acompanhamento, qualificação e consultoria de engenharia e construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras, os projetos e execução dos serviços de conserva especial e de rotina executados por terceiros contratados pela Companhia e executar orçamentos de obras e custos indiretos, prestação de serviços de consultoria técnica especializada de engenharia e meio ambiente e elaboração de estudos de viabilidade dos investimentos relativos as obras. Esse contrato prevê três naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa”, “remuneração variável” e “remuneração mediante aprovação de orçamento”. A remuneração fixa corresponde ao percentual de 5,29% aplicado sobre os serviços gerenciados discriminados nas ordens de serviço emitida pela ODBVias, será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições elaboradas de acordo com as respectivas ordens de serviço. Remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais.

A remuneração mediante aprovação de orçamento consiste em serviços técnicos especializados prestados pelo corpo técnicos de profissionais especialistas em

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

projetos, soluções de engenharia e orçamentos de obras da ODBVias. Não há garantias previstas neste contrato.

- (vi) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente à locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, série 3, acumulado no período. Em 30 de junho de 2020, o passivo total desse contrato, correspondia ao montante de R\$ 4.827. Não há garantias previstas nesse contrato.

(vii) Odebrecht Transport S.A.

Data de liberação	Taxa de remuneração	30/06/2020	31/12/2019
24/06/2016	125% do CDI	54.745	53.562
		54.745	53.562

Em 24 de junho de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP.

O mútuo está subordinado a quitação do contrato de empréstimo ponte com o BNDES. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo seja quitado com o BNDES primeiro.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.183 de juros sobre o contrato de mútuo.

- (viii) Vexty Previdência refere-se ao plano de previdência complementar da Companhia.

b) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos administradores estatutários e ao Conselho de Administração da Companhia, em 30 de junho de 2020 e 2019, totalizaram os montantes de R\$ 2.528 e R\$ 1.257, respectivamente:

	30/06/2020	30/06/2019
Salários	2.073	1.110
Encargos	335	110
Previdência complementar	85	15
Outros	35	22
	2.528	1.257

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

Ativo (passivo) fiscal diferido	30/06/2020	31/12/2019
Prejuízo fiscal	20.423	22.622
Resultado pré-operacional	519	3.611
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(34.085)	(39.941)
Provisão para manutenção especial - ICPC01	24.742	36.328
Outras diferenças temporárias	10.232	8.334
	21.831	30.954

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	30/06/2020	31/12/2019
2020	-	772
2021	2.424	2.424
2022	10.952	10.952
2023 em diante	7.047	8.474
	20.423	22.622

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização desses créditos fiscais não deve ser tomadas como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

12. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				30/06/2020	31/12/2019
Equipamentos e instalações	10	648	(300)	348	341
Móveis e utensílios	5 a 10	616	(383)	233	259
Veículos	20	2.487	(1.034)	1.453	1.687
Computadores e periféricos	5	2.388	(1.959)	429	441
		6.139	(3.676)	2.463	2.728

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação

	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Total
Custo	601	616	2.482	2.241	5.940
Depreciação acumulada	(260)	(357)	(795)	(1.800)	(3.212)
31 de dezembro de 2019	341	259	1.687	441	2.728
Adições	47	-	5	147	199
Depreciação	(40)	(26)	(239)	(159)	(464)
Saldo contábil	348	233	1.453	429	2.463
Custo	648	616	2.487	2.388	6.139
Depreciação acumulada	(300)	(383)	(1.034)	(1.959)	(3.676)
30 de junho de 2020	348	233	1.453	429	2.463
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5 a 10	20	5	

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na demonstração do resultado dos períodos, conforme notas explicativas nº 23 e nº 24.

13. Intangível

a) Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Software	Direito de uso de arrendamento	Redução ao valor recuperável	Total
Custo	951.215	114.304	819.231	984	28.909	-	1.914.643
Amortização	(66.268)	(14.285)	(50.477)	(610)	(10.956)	-	(142.596)
Redução ao valor recuperável (i)	-	-	-	-	-	(12.014)	(12.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	884.947	100.019	768.754	374	17.953	(12.014)	1.766.033
Adições	23.288	4.068	5.926	42	26	-	33.350
Amortização	(10.419)	(1.859)	(8.957)	(82)	(6.055)	-	(27.372)
Transferência	14.431	(33.665)	20.166	-	-	-	932
Saldo contábil	912.247	68.563	785.889	334	11.924	(12.014)	1.766.943
Custo	988.934	83.291	846.739	1.026	28.935	-	1.948.925
Amortização	(76.687)	(14.728)	(60.850)	(692)	(17.011)	-	(169.968)
Redução ao valor recuperável (i)	-	-	-	-	-	(12.014)	(12.014)
Saldo em 30 de junho de 2020	912.247	68.563	785.889	334	11.924	(12.014)	1.766.943
Taxas anuais de amortização (%) (ii)					20		

(i) Em 31 de dezembro de 2019, foi realizado um levantamento de inventário, o qual ensejou em sobras contábeis e físicas, que motivou a realização de uma provisão de redução ao valor recuperável. Esses itens serão alvo de um estudo mais aprofundado, o qual definirá a possibilidade de recuperabilidade ou baixa.

(ii) Os demais intangíveis são amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão (30 anos).

O intangível referente à infraestrutura são os custos dos investimentos da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização, dos itens de recuperação, operação, melhoramentos e intangível em formação, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da concessão. Essa projeção é reconhecida no resultado e o acompanhamento entre o previsto e realizado é feito anualmente.

As adições do trimestre findo em 30 de junho de 2020, refere-se à ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01-R1 – “Contrato de concessão”. O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

- **Recuperação**

A descrição da rubrica “Recuperação” consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

- **Operação**

A descrição da rubrica “Operação” consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

- **Melhoramentos**

A descrição na rubrica “Melhoramentos” consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

b) Direito de uso sobre arrendamento

	30/06/2020	31/12/2019
	17.953	-
Reconhecimento inicial de direito de uso sobre arrendamento operacional	-	14.607
Adições de novos contratos de direito de uso sobre arrendamento operacional	27	14.302
Reconhecimento inicial da amortização de direito de uso sobre arrendamento operacional	-	(1.719)
Amortização dos contratos de arrendamento operacional (*)	(6.056)	(9.237)
	11.924	17.953

(*) Do montante de R\$ 6.056, foram capitalizados ao ativo intangível, custos de amortização no montante de R\$ 1.465, no período findo de 30 de junho de 2020.

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “gerais e administrativos” na demonstração do resultado dos períodos, conforme notas explicativas nº 23 e nº 24.

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Ativo de contrato

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Obras em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo	5.998	27	2.118	-	75.078	83.221
31 de dezembro de 2019	5.998	27	2.118	-	75.078	83.221
Adições	622	-	435	4	-	1.061
Baixas	-	-	-	-	(2.766)	(2.766)
Transferência	(932)	-	-	-	-	(932)
Saldo contábil	5.688	27	2.553	4	72.312	80.584
Custo	5.688	27	2.553	4	72.312	80.584
30 de junho de 2020	5.688	27	2.553	4	72.312	80.584

O CPC 47 (IFRS 15), estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

15. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	30/06/2020	31/12/2019
Empréstimo BNDES (b)	R\$	TLP + 2,9%	-	642.061
Empréstimo Caixa Economica Federal (c)	R\$	TJLP + 3,5%	405.665	383.345
Empréstimo Banco ABC Brasil S.A. (d)	R\$	DI + 5,20%	31.519	-
Empréstimo Banco Credit Agricole Brasil S (d)	R\$	DI + 5,20%	128.300	-
Empréstimo Banco do Brasil (d)	R\$	DI + 5,20%	136.131	-
Empréstimo Banco Itaú S.A. (d)	R\$	DI + 5,20%	89.189	-
Empréstimo Banco Pine S.A. (d)	R\$	DI + 5,20%	89.305	-
Empréstimo ING BANK N.V. (d)	R\$	DI + 5,20%	153.906	-
Custos de captação a amortizar (e)	R\$	-	(1.946)	(19.081)
			1.032.069	1.006.325

a) Movimentação

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	1.006.325	982.092
Juros provisionados	53.862	127.878
Juros pagos	(29.090)	(62.014)
Amortização do principal	(16.163)	(36.364)
Custo de transação	(6.908)	(43.509)
Amortização do custo de transação	24.043	38.242
Saldo final	1.032.069	1.006.325

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) BNDES

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o BNDES assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1, no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da rodovia BR-163 MT, com vencimento inicial em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,9% a.a., acima da TJLP.

O BNDES liberou o montante de R\$ 590.000 para a Companhia, sendo R\$ 240.000 em 24 de setembro de 2014, R\$ 200.000 em 26 de dezembro de 2014, e R\$ 150.000 em 22 de abril de 2015.

Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de janeiro de 2016 até 15 de março de 2016; e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, de 15 de fevereiro de 2016 para 15 de abril de 2016.

Em 12 de abril de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de março de 2016 para 15 de abril de 2016; e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, 15 de abril de 2016 para 08 de maio de 2016.

Em 06 de maio de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de amortização do empréstimo para 29 de julho de 2016, mediante assinatura de carta fiança da ODBVias e da OTP na qual prevê garantia do cumprimento das obrigações no âmbito do contrato de prestação de garantia.

Em 22 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 29 de julho de 2016 para 14 de novembro de 2016. Em paralelo, em 26 de julho de 2016, celebrou aditivo do contrato de prestação de garantias junto aos bancos fiadores, em que foi prevista a constituição de uma conta "Reserva" com depósitos equivalentes aos juros devidos desde 15 de maio de 2016. Já a amortização de principal e juros do empréstimo ponte junto ao BNDES seria realizada em parcela única.

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 14 de novembro de 2016 para 15 de fevereiro de 2017. Neste aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em novembro de 2016, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde 15 de maio de 2016, no montante de R\$ 31.664, que estavam depositados em conta "Reserva", além de liquidar juros futuros em caráter mensal. A partir desta alteração nas obrigações da Companhia, deixou de ser necessária a continuidade da realização de depósitos na conta reserva constituída junto aos bancos fiadores.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de fevereiro de 2017 para 15 de maio de 2017.

Em 15 de maio de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de maio de 2017 para 15 de agosto de 2017, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes. Mediante ao cumprimento de exigências previstas no contrato em questão, a Companhia obteve a prorrogação automática do vencimento da dívida para 15 de novembro de 2017.

Em 15 de novembro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de novembro de 2017 para 15 de fevereiro de 2018, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes.

Em 15 de fevereiro de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de fevereiro de 2018 para 15 de maio de 2018, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes.

Em 15 de maio de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES com as condições, para: (i) substituir no âmbito do contrato de financiamento Ponte BNDES, a partir de 15 de maio de 2018, a metodologia de cálculo dos juros remuneratórios incidentes sobre o principal, utilizando-se da Taxa de Longo Prazo (TLP) em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); (ii) prorrogar a data de vencimento da parcela única de amortização do principal da dívida, de 15 de maio de 2018 para 15 de agosto de 2018; (iii) prorrogar automaticamente a data de vencimento da parcela única de amortização do principal da dívida, para 15 de novembro de 2018, desde que ocorra a apresentação da prorrogação das cartas de fiança ou renovação das Cartas de Fiança vigentes, com validade e vigência, no mínimo, até 15 de dezembro de 2018.

Em 15 de novembro de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de novembro de 2018 para 15 de maio de 2019.

Em 15 de maio de 2019, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de maio de 2019 para 15 de maio de 2020, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes.

Em 18 de junho de 2019, a Companhia pagou um montante de R\$ 24.243 ao BNDES como amortização do principal do empréstimo ponte.

Em 25 de março de 2020, a Companhia celebrou um Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-Rogação e Outras Avenças ("Instrumento da Inação"), junto ao Crédit Agricole, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como credores do empréstimo contratado junto ao BNDES, os quais liquidaram o saldo junto ao mesmo.

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento nº 445.809-84, no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a. acima da TJLP. O vencimento do principal e dos juros do financiamento está previsto para 20 de fevereiro de 2017.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

Em 26 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual de cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças junto aos bancos fiadores e a CEF, que previu, entre outras alterações, a obrigatoriedade de a Companhia constituir uma conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos no âmbito do empréstimo ponte junto à CEF desde 1º de agosto de 2016.

Em 03 de março de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de fevereiro de 2017 para 20 de maio de 2017 limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte BNDES. Nesse aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em março de 2017, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde agosto de 2016 no montante de R\$ 21.120, que estavam depositados em conta “Reserva”, além de liquidar juros futuros em caráter mensal.

A liquidação desses juros futuros devidos mensalmente será efetuada a partir dos depósitos na conta “Reserva” constituída junto à CEF.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2017 para 20 de novembro de 2017, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 20 de novembro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro 2017 para 20 de maio de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 14 de junho de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2018 para 20 de novembro de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro de 2018 para 20 de maio de 2019, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES (15 de maio de 2020).

Um novo aditivo contratual está em negociação junto a CEF e os termos da negociação são:

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Prorrogação do prazo de vencimento para 20 de maio de 2020;
- (ii) Alteração da taxa de juros de TJLP + 3,5% a.a. para CDI + 5,2% a.a., a partir de 20 de agosto de 2019;
- (iii) Amortização de 3,5% a.a. do saldo devedor, a partir de 20 de agosto de 2019.

Em 06 de junho de 2019, a Companhia pagou um montante de R\$ 12.121 à CEF como amortização do principal do empréstimo ponte.

d) Instrumento de Inação

Em 17 de fevereiro de 2020, Banco Crédito Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., e ING Bank N.V., em 18 de fevereiro de 2020, o Banco do Brasil S.A., realizaram o pagamento ao BNDES, na qualidade de fiadores e principais pagadores das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, do valor total correspondente ao valor de principal e juros devidos pela CRO no âmbito do Contrato de Financiamento Ponte BNDES. Em decorrência do pagamento do BNDES, os Credores e o Banco do Brasil S.A. se sub-rogaram na qualidade de credores da CRO para todos os fins de direito.

Em 25 de março de 2020, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças junto ao Banco Crédito Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V., com as condições, para: **(i)** que a participação na Dívida Consolidada aplica ao Banco do Brasil 20,67%, ao Crédito Agricole 20,67%, ao Itaú 14,39%, ao Pine 14,39%, ao ABC 5,08% e ao ING 24,80%; **(ii)** em relação à Participação na Dívida Consolidada aplicável ao Crédito Agricole, Pine, ABC e ING, atualização pela variação acumulada da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros, denominada Taxa DI, acrescida do percentual de 5,20%; **(iii)** em relação à Participação na Dívida Consolidada aplicável ao Itaú, atualização pela variação acumulada da Taxa DI, acrescida do percentual de 2,10%; **(iv)** o montante de 3,5% ao ano do valor de principal da Dívida Consolidada, conforme as Participações aplicáveis a cada Credor; e **(v)** partes poderão acordar uma extensão do Período de Inação por períodos sucessivos de 3 (três) ou 6 (seis) meses, até o limite de 15 de agosto de 2022.

e) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	19.081	13.814
Custos incorridos	6.908	43.509
(-) Amortizações	(24.043)	(38.242)
Saldo final	1.946	19.081

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Garantias

Os contratos de financiamentos com a CEF e Instrumento de Inação com os Bancos Credores, detém como garantia fidejussória fiança corporativa da Controladora Indireta da Companhia, OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

g) Principais compromissos assumidos

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento ponte foram cumpridas pela Companhia em 30 de junho de 2020.

16. Arrendamento mercantil operacional

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	19.078	-
Reconhecimento inicial	-	13.388
Adições	27	14.302
Baixas	(6.536)	(9.763)
Apropriação de juros	553	1.151
Saldo final	13.122	19.078
Passivo circulante	10.204	11.466
Passivo não circulante	2.918	7.612

Foram acrescidos aos ativos intangíveis os encargos financeiros no montante de R\$ 195, em 30 de junho de 2020.

O reconhecimento inicial considerou a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação de 9% a.a.

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	30/06/2020	31/12/2019
Encargos sociais e trabalhistas	6.141	3.271
Participação nos lucros e resultados	2.875	4.178
	9.016	7.449

18. Outros passivos

	30/06/2020	31/12/2019
Seguros a pagar	6.703	380
Verbas do contrato de concessão	2.952	1.855
Outras contas a pagar	1.065	468
	10.720	2.703

19. Provisão para contingências

	30/06/2020	31/12/2019
Reclamações cíveis	2.788	2.395
Reclamações trabalhistas	379	18
Outras (i)	2.728	2.728
	5.895	5.141

(i) A administração da Companhia registrou contabilmente o valor de R\$ 2.728 a título de outras contingências, referente montante da perda estimada decorrente do procedimento

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

interno de verificação de suposta não conformidade. A Administração, com base nas informações disponíveis, entende que este valor é suficiente para mensurar os impactos patrimoniais da Companhia, em 30 de junho de 2020.

A Companhia tem ações de naturezas cíveis no montante de R\$ 7.593 e trabalhista no montante de R\$ 435, totalizando o montante de R\$ 8.028, envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos em 30 de junho de 2020 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 11.321).

No trimestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia apresenta R\$ 1.335 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 356) na rubrica de “Depósitos judiciais” referente aos processos de ações trabalhistas e cíveis.

20. Provisão para conserva especial

a) Composição

	30/06/2020	31/12/2019
Provisão de conserva especial	86.547	121.890
	86.547	121.890

b) Movimentação

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	121.890	101.018
Provisão de conserva especial	12.803	18.905
Constituição de provisão ajuste a valor presente	1.232	1.967
Reversão de provisão para conserva especial (nota 23)	(44.334)	-
Reversão ajuste a valor presente (nota 25)	(5.045)	-
Saldo final	86.547	121.890

Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresentou proposta juntamente com um Plano de Cura à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), representado por um novo projeto de retomada e realização dos investimentos a partir de 2021, com novos montantes e cronograma de investimentos, relacionados a duplicação da rodovia e a manutenção dos reajustes tarifários. Esse novo plano está sob avaliação da ANTT e, naturalmente, resultou na postergação dos investimentos previstos originalmente no contrato de concessão, em especial as obras de duplicação e melhorias.

O planejamento dos ciclos de conserva especial é vinculado ao cronograma de duplicação, de maneira que a eventual postergação da duplicação impacta diretamente na curva de conserva especial.

Como parte da nova proposta, houve também a revisão da solução técnica de pavimento, que passa a ser pavimento rígido, frente à premissa anterior que previa adoção de pavimento flexível em todo o segmento duplicado. Essa solução aumentará a vida útil do pavimento, reduzindo assim a necessidade de intervenção e, conseqüentemente, dos gastos com manutenção. Além desse aspecto, a intervenção em pavimento também está atrelada ao estudo do tráfego de longo prazo, revisado e alterado em 2020 a partir de projeções atualizadas de macroeconomia e produção agro do estado.

Adicionalmente no trimestre findo em 30 de junho de 2020, não foram incorridos custos referentes à conserva especial.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por todos os aspectos anteriormente apresentados e em atendimento às boas práticas contábeis brasileiras, para fins de determinação na melhor estimativa, a Companhia revisou os critérios de apuração e alterou valor da provisão para conserva especial em 30 de junho de 2020, resultando numa redução de R\$ 49.378 no saldo na provisão, reconhecida no resultado nesse trimestre.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 363.558, representado por 363.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal, pertencentes ao acionista ODBVias.

b) Reserva de incentivos fiscais

Consoante Lei Complementar nº 124, de 27 de junho de 2007, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 31 de dezembro de 2018 e término em 31 de dezembro de 2027, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), constante do Processo Administrativo Fiscal nº 59004.002543/2018-10.

O referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão com a ANTT (Contrato nº 003/2013), do setor de infraestrutura – transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.212/2002, com início do prazo de vigência em 27 de dezembro de 2013 e término em 27 de dezembro de 2043.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, em 30 de junho de 2020 a Companhia apresenta o montante de R\$ 388 referente à Reserva de Incentivos Fiscais.

22. Receita líquida

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2020	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2020	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2019	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	16.696	34.343	26.884	47.122
Receitas em numerário	30.851	63.776	33.184	67.850
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	62.156	118.242	52.798	99.016
Receitas de vale pedágio (iii)	18.091	36.826	20.630	45.473
Receitas acessórias	1.201	2.375	1.014	2.057
Receita de Subvenção Governamental (iv)	2.776	3.670	430	1.847
Receita bruta	131.771	259.232	134.940	263.365
Receita operacional	115.075	224.889	108.056	216.243
Tributos sobre serviços de operação	(9.612)	(18.604)	(9.077)	(18.082)
Outras deduções	(3)	(6)	(6)	(8)
Receita líquida	122.156	240.622	125.857	245.275

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Em 30 de junho de 2020 e 2019, a Companhia reconheceu, R\$ 34.343 e R\$ 47.122, respectivamente, como receita de construção ICPC 01-R1 – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura. A redução do valor da receita de construção, quando comparada com o período anterior refere-se basicamente à suspensão das obras de duplicação em decorrência da não liberação do financiamento de longo prazo;
- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento “Automatic Vehicle Identification” (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários, mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (Cielo Visa e Dbtrans);
- (iv) A Companhia reconheceu uma receita de subvenção governamental referente ao direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não-restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração.

23. Custo dos serviços

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2020	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2020	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2019	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019
Depreciação e amortização	(12.855)	(25.495)	(11.037)	(20.731)
Salários e encargos	(8.548)	(16.800)	(8.420)	(16.076)
Gastos gerais	(3.467)	(7.396)	(4.062)	(8.040)
Serviços de terceiros	(9.315)	(19.293)	(9.436)	(20.651)
Seguros	(4.467)	(10.345)	(4.341)	(8.506)
Provisão para conserva especial	(5.607)	(10.256)	(3.544)	(6.734)
Reversão de provisão para conserva especial (Nota explicativa nº 20)	44.334	44.334	-	-
Materiais	(3.352)	(6.119)	(2.739)	(6.050)
Aluguéis	(86)	(213)	(268)	(387)
	(3.363)	(51.583)	(43.847)	(87.175)
Custo de construção ICPC 01-R1	(16.696)	(34.343)	(26.884)	(47.122)
	(20.059)	(85.926)	(70.731)	(134.297)

24. Despesas gerais e administrativas

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2020	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2020	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2019	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019
Salários e encargos	(3.928)	(6.458)	(2.765)	(5.337)
Serviços de terceiros	(3.860)	(6.534)	(1.602)	(2.780)
Depreciação e amortização	(433)	(876)	(491)	(748)
Materiais e equipamentos	(368)	(994)	(115)	(460)
Despesa com veículos	(40)	(68)	(54)	(126)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(291)	(491)	(320)	(740)
Despesas com viagens	(85)	(225)	(112)	(208)
Provisão para contingências	(429)	(754)	(1.571)	(1.965)
Gastos gerais	(817)	(1.931)	923	226
	(10.251)	(18.331)	(6.107)	(12.138)

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado financeiro, líquido

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2020	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2020	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2019	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(23.761)	(53.862)	(26.735)	(46.740)
Arrendamento mercantil operacional	(162)	(358)	(185)	(259)
Juros sobre mútuos	(4.040)	(9.508)	(7.266)	(14.174)
Custos de transação	260	(24.153)	(9.062)	(21.612)
Juros sobre atraso	(2.307)	(5.407)	(2.531)	(5.320)
IOF	-	-	(706)	(707)
Ajuste a valor presente	(1.666)	(3.780)	(1.456)	(2.848)
Reversão ajuste a valor presente (Nota explicativa nº 20)	5.045	5.045	-	-
Outras	(235)	(463)	(227)	(472)
	(26.866)	(92.486)	(48.168)	(92.132)
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	860	1.584	646	1.350
Outras	185	277	319	388
	1.045	1.861	965	1.738
Resultado financeiro, líquido	(25.821)	(90.625)	(47.203)	(90.394)

26. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2020	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2020	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2019	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019
Resultado antes dos impostos	66.025	45.805	1.818	8.448
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(22.449)	(15.574)	(618)	(2.872)
Exclusões permanentes, líquidas	1.008	1.423	134	640
Efeito IR e CSLL no resultado	(21.441)	(14.151)	(484)	(2.232)
IR e CSLL corrente	(3.400)	(5.028)	(417)	(2.528)
IR e CSLL diferido	(18.041)	(9.123)	(67)	296
Total de IR e CSLL diferidos	(21.441)	(14.151)	(484)	(2.232)

27. Lucro básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019:

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2020	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2020	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2019	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019
(Prejuízo) lucro do período	44.584	31.654	1.334	6.216
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	363.558	363.558	363.558	363.558
(Prejuízo) lucro básico por lote de mil ações no final do período	122,63	87,07	3,67	17,10

Notas Explicativas Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Demonstração do fluxo de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	30/06/2020	30/06/2019
Fornecedores	3.770	1.561
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	3.770	1.561
Mútuo	-	24.707
Financiamento BNDES (Pagamento principal)	-	(24.233)
IOF	-	(474)
Arrendamento Operacional	(6.536)	4.896
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	(6.536)	4.896
Ativo de contrato	2.766	-
Aquisição de ativo intangível	-	(1.561)
Arrendamento Operacional	-	(4.896)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	2.766	(6.457)

29. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do contrato de concessão, onde são exigidos: **(i)** seguro de danos materiais; **(ii)** seguro de responsabilidade civil; e **(iii)** seguro garantia do poder concedente.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Garantia de concessões públicas	382.751	mar/20 a mar/21
Risco operacional	350.000	jun/20 a dez/21
Responsabilidade civil	80.000	dez/19 a dez/21
Risco de administradores e diretores	40.000	abr/20 a abr/21
Seguro de veículos	100% a 110% tabela FIPE	set/19 a set/20

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Administradores e Acionistas da Concessionária Rota do Oeste S.A.

Cuiabá – MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e, do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação destas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance de revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de informações intermediárias executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 30 de junho de 2020 o passivo circulante da Companhia excedia seu ativo circulante em

R\$ 1.002.525 mil, principalmente em virtude da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras. Conforme mencionado na Nota Explicativa no 1 às informações contábeis intermediárias, a Companhia busca alternativas para a reestruturação das suas dívidas por meio da troca de controle e a conseqüente liberação de novos empréstimos e financiamentos de longo prazo, para reequilíbrio dessa situação.

A eventual não confirmação das alternativas que visam a reestruturação de suas dívidas suscitaria a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e da consecução do seu respectivo plano de investimentos e de seus negócios. As informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 não contemplam ajustes e/ou reclassificações por conta desse assunto. Nossa conclusão não contém ressalva com relação a esse assunto.

Ênfases

Autos de infração – ANTT

Conforme Nota Explicativa no 1 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), nos quais a ANTT alega o descumprimento, pela Companhia, de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), em função da suspensão das obras de infraestrutura e duplicação decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo, conforme mencionado na Nota Explicativa no 22 (i) às informações contábeis intermediárias. Até a presente data não houve discussão na esfera judicial dos referidos processos, estando os mesmos em discussão na esfera administrativa com a ANTT. As penalidades, se impostas, ou se forem confirmadas, podem vir a ser objeto de discussão na esfera judicial envolvendo, inclusive, câmaras de arbitragem, segundo os assessores legais da Companhia. Considerando as incertezas que envolvem o assunto, até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das discussões envolvidas nos autos de infração e por quaisquer de seus desdobramentos em outras instâncias.

As informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa conclusão não contém ressalva com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 14 de agosto de 2020

Edinilson Attizani

CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020.

Cuiabá, 14 de agosto de 2020.

Renato Ribeiro Bortoletti

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com o relatório do Auditor Independente referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020.

Cuiabá, 14 de agosto de 2020.

Renato Ribeiro Bortoletti

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores